



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e seis membros, verificando-se a ausência dos Deputados **Artur Pina Martins** e **Francelina Rodrigues Teixeira Gomes**, tendo esta justificado a respetiva falta por motivos profissionais. -----

Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Adorigo, Granja do Tedo, Tabuaço, Valença do Douro e da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira fizeram-se representar, respetivamente, por **João Francisco Fernandes Morais** (Secretário), **Carlos Joaquim Gomes Teixeira** (Secretário), **Paulo Jorge Lopes Soares** (Secretário), **Sónia Maria Martins Ferreira** (Secretária) e **Fernando Veiga** (Tesoureiro). -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Gisela Catarina Pereira dos Santos**, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores **José Carlos Oliveira da Silva**, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e **Carlos Martins dos Santos Portugal**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes, os que assistiam em videoconferência, bem como os que acompanhavam através da página oficial do *Facebook* da Assembleia Municipal de Tabuaço. -----

Seguidamente, a Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual constava a seguinte: -----

ATA 04 || 2021.2025 Fls. 69



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

===== **ORDEM DE TRABALHOS** =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação da **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO DOIS: Apreciação do **relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Tabuaço, respeitante ao ano de 2021** [cfr. n.º 2 do artigo 32.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual]; -----

PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação da **proposta do “novo” Regulamento da Loja Social do Município de Tabuaço** [cfr. alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO QUATRO: Apreciação, discussão e votação da **proposta de prorrogação do prazo para a transferência de competências no domínio da ação social** [cfr. artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro]; -----

PONTO CINCO: **Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

De seguida, passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a vinte e sete de dezembro do ano de dois mil e vinte e um. O Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido. Não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia chamado a atenção dos Deputados que segundo o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”, portanto os Deputados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não estiveram nessa reunião deveriam abster-se de votar. Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte votos a favor e com as abstenções da Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa**, dos **Secretários da Juntas de Freguesia de Adorigo**, da **Granja do Tedo**, de **Valença do Douro** e do **Tesoureiro da Junta da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira**, justificadas pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. De referir que no momento da votação, o **Presidente da Junta da Freguesias de Arcos** se encontrava *offline*. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo referido que, tal como aconteceu anteriormente, a legislação decorrente da pandemia COVID-19 previa algumas condicionantes para salvaguardar todos os intervenientes nas reuniões. Frisou, ainda, que na convocatória bem como no respetivo edital, estava mencionado que os cidadãos que pretendessem intervir na reunião deveriam ter enviado até às dezassete horas e trinta minutos do dia vinte e três de fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, *e-mail* (no qual constasse o nome, morada e contacto telefónico) a dar conta desse facto, podendo optar por uma das seguintes modalidades: remeter o ficheiro em formato MP3, WMA ou WVA da comunicação previamente gravada que pretendessem realizar ou efetuar a inscrição e solicitar a emissão de credencial para intervir através de videoconferência. -----

O Presidente da Assembleia Municipal transmitiu que não houve nenhuma inscrição a solicitar intervenção na reunião, contudo a reunião estava a ser transmitida *online* pelo que os cidadãos teriam a possibilidade de assistir aos trabalhos que se iriam desenrolar durante a sessão da reunião. -----

Continuando com a ordem de trabalhos deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo dado conhecimento ao Plenário da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia Municipal no período que intermediou a última reunião, de dia vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e um e esta. A correspondência fora, maioritariamente, relacionada com a posição votada na Assembleia Municipal e proposta pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** acerca de “*Votar sempre com autonomia não admite retrocessos*”. Tiveram resposta por parte da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, da Comissão Nacional de Eleições e também da Presidência da República, dizendo, basicamente, que era por questões logísticas que a situação ainda não tinha sido resolvida. No entanto, quem quisesse consultar estas missivas poderia fazê-lo ou, caso pretendessem,

ATA 04 || 2021.2025 Fls. 71



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poderia enviar estas respostas aos Deputados que tivessem interesse. O Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, como proponente da moção, solicitou que essas respostas lhe fossem emanadas, pelo que foi solicitado aos serviços que lhas fizessem chegar. -----

Deu nota da missiva emanada pelo filho do senhor Luís Arlindo Rodrigues, ex-Presidente da Assembleia Municipal. O filho do senhor Luís Arlindo Rodrigues é atualmente Vice-Presidente da Câmara de São João da Pesqueira e demonstrou-se lisonjeado, em nome dele e da família, pelo voto de pesar aprovado. -----

Mencionou que o Executivo deu conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal no período que intermediou a última reunião ordinária de dezembro e esta, e que se encontravam disponíveis na página eletrónica do Município de Tabuaço. -----

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma recomendação para discussão e eventual aprovação por parte do Plenário. Informou que essa recomendação era dirigida à Câmara Municipal no âmbito da intervenção armada que estava a decorrer na Ucrânia, intitulada “Apoio à Comunidade Ucraniana de Tabuaço” e cujo teor se transcreve: -----

“Na primeira qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Tabuaço, mas principalmente como cidadão atento e empático, com fortes convicções humanistas e democráticas, quero apresentar a mais profunda solidariedade para com o Povo Ucraniano manifestando, também, a mais veemente condenação e repúdio pelo ato de ocupação iniciado no dia de ontem, dia 24 de fevereiro de 2022, pelo Estado Russo e toda a sua cúpula de poder instalada no Kremlin. -----

A Ucrânia é um país livre, democrático, com aspirações à integração na União Europeia e na NATO. O seu povo é livre e autodeterminado, pelo que só a ele deverá caber as escolhas do seu destino como Nação. -----

Posto isto e tendo como pressupostos: -----

- 1. A existência de guerra aberta e em todo o território ucraniano; -----*
- 2. A existência de imigrantes ucranianos em Tabuaço, cidadãos bem integrados na nossa comunidade e cumpridores das regras e responsabilidades como os demais; -----*
- 3. A necessidade de colocar a salvo as suas famílias, amigos e conhecidos; -----*
- 4. A capacidade de Tabuaço para acolher estas vítimas; -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5. A necessidade de Tabuaço em contar com cidadãos ativos, que se integrem facilmente e ajudem no seu desenvolvimento; -----

Recomendo as seguintes medidas e ações a serem desenvolvidas pelo Município de Tabuaço: -----

1. Recorrendo aos seus serviços sociais, apurar junto da comunidade ucraniana de Tabuaço a necessidade e intensão de colocar a salvo os seus entes queridos, trazendo-os para o nosso concelho; -----

2. Apurar junto das autoridades nacionais, nomeadamente junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Secretaria de Estado das Comunidades e da Embaixada de Portugal em Kiev, os trâmites para essa vinda, quer ao nível logístico, que à atribuição do Estatuto de Refugiados de Guerra; -----

3. Apurar e prover as necessidades de transporte, alojamento, alimentação, cuidados de saúde, de educação e competente integração social dos cidadãos ucranianos a receber. -----

É contra a tirania e protegendo os desfavorecidos que se tecem os laços da democracia e da sã convivência entre os povos, demonstrando compaixão e solidariedade pelos que mais sofrem. -----

É uma questão de humanidade e de dignidade enquanto povo solidário e Nação democrática e respeitadora dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos. -----

Apresento esta recomendação, que submeto à apreciação e votação pelo plenário da Assembleia Municipal de Tabuaço." -----

Apresentada a recomendação, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço à discussão, tendo-se inscrito os Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e **Cristofe Pedrinho**. -----

O Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** usou da palavra para questionar se era uma recomendação facultativa ou uma deliberação para o Executivo. Disse não ter percebido o que era pretendido, se recomendar e esperar pelas ações do Executivo para deliberarem com caráter vinculativo e serem informados do andamento do processo. -----

Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para esclarecer a interpelação dizendo que a sua intenção era fazer com que essa iniciativa, e outras que se revelassem necessárias, desde que aprovadas na Assembleia Municipal, fossem tomadas como boas pelo Executivo e que dessem andamento ao processo e, tanto quanto possível, dessem conhecimento da tramitação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interveio, novamente, o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** dizendo que achava que era o mínimo que poderiam fazer tendo em conta o máximo que muitos países podiam fazer. Entristecia-o sobejamente que depois de uma pandemia tenha vindo outra pandemia. Achava inacreditável a falta de qualidade e a falta de documentação manipuladora dos meios de comunicação, porque não falavam dos temas que eram realmente importantes, como o custo inflacionista na Europa que estava a ser agravado por esta guerra, que irá trazer consequências gravíssimas e a Europa deveria agir em bloco. Acrescentou estar plenamente de acordo em o Executivo fazer tudo o que seja possível dentro do estatuto de refugiados e da possibilidade, inclusive legal, de ajuntamento de famílias através da existência de contratos de trabalho. Terminou dizendo esperar que o bom senso impere. -----

Seguiu-se a intervenção do Deputado **Cristofe Pedrinho** para mencionar que apoiava e se associava e esta recomendação. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou, em primeiro, lugar alinhar-se com a indignação manifestada pela Assembleia Municipal naquilo que ainda há pouco tempo julgariam impensável estarem a assistir. Até há poucos dias, e por mais indicadores que tivessem no sentido contrário, acreditavam que isto não passaria de mais uma pressão, e que aquilo a que assistiam não se iria efetivar. Infelizmente aconteceu, pelo que esperava, muito sinceramente, que as coisas se resolvessem com a maior rapidez possível. Contudo, parecia-lhe que para que isso acontecesse quem estava a prevaricar, a violar o direito, a lei iria sair beneficiado. No entanto, e atendendo àquilo que podiam fazer, como era lógico, acatavam e exaltavam a recomendação que o Presidente da Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal estavam a endereçar ao Executivo e iriam contactar a Embaixada e o Ministério dos Negócios Estrangeiros para tentarem perceber de que forma poderiam operacionalizar, caso existisse por parte da comunidade ucraniana essa vontade. Disse que estariam de braços abertos para os receber, por diversas razões, em primeiro lugar pela injustiça que essas pessoas estavam a viver e pelo facto de terem ligações a pessoas que estavam perfeitamente integradas na comunidade tabuacense. Tratava-se de um sentido de justiça e humanitário para que conseguissem juntar o útil ao agradável. Exaltou mais uma vez agradecendo ao Presidente da Assembleia Municipal a recomendação, realçando que com, toda a certeza, tratariam com a maior brevidade possível de avançar com as recomendações e à medida que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fossem havendo evoluções, tratariam de as comunicar ao Presidente da Assembleia Municipal, para que as fizesse chegar ao Plenário. -----

Interveio, mais uma vez, o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** referindo que pensava que o Executivo tinha noção do que ia dizer, pelo que gostaria que tentassem que este processo fosse o mais tempestivo possível, porque receberam um comunicado no seu serviço onde era informado que a situação na Ucrânia estava cada vez mais complicada. Em breves dias, mesmo por via terrestre, iria ser muito complicado retirar as pessoas de lá, pelo que pediu para que tentassem que este assunto fosse realmente resolvido o mais rapidamente possível. Relativamente a este assunto, agradecia que começassem um novo ciclo, e não estava a pedir nada que não estivesse na Lei n.º 75/2013: pretendia ser através, da Mesa da Assembleia, informado destas medidas que eram recomendadas pela Assembleia Municipal e de outras que achassem pertinentes que fosse facultada a informação à Mesa da Assembleia para que pudesse ser transmitida aos Deputados, ou seja, queria saber como estavam relativamente às medidas que eram aprovadas em Assembleia Municipal para não estarem à espera da reunião seguinte. Terminou referindo que agradecia que o Presidente da Câmara, em acordo com o Executivo, estabelecesse uma periodicidade para essa canalização de informação. -----

No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sugestão do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e não havendo mais intervenções sobre este assunto, colocou a recomendação a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com 25 votos favoráveis e a abstenção do **Presidente da Junta de Freguesia de Arcos**, que fez uma declaração de voto, dizendo que se absteve porque como entrou mais tarde na sessão não conseguiu ouvir a recomendação, pelo que não sabia do que se tratava. -----

De seguida, e ainda no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo-o feito, em primeiro lugar, o Deputado **Cristofe Pedrinho**, que começou por referir que na última reunião o Presidente da Assembleia Municipal disse que iria preparar um projeto relativamente ao regimento e que esperava que já estivesse próximo de ser aprovado na próxima reunião. Como nada foi enviado sobre essa matéria questionou qual o ponto de situação, realçando que insistia no regimento, porque a lei era clara e dizia que o regimento deveria ser revisto na primeira reunião. Continuou dizendo que se estava a atravessar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma situação complicada de seca, alguns concelhos já se encontravam em seca extrema, pelo que inquiriu o Presidente de Câmara sobre o que estava a ser feito pelo Município em conjunto com as Juntas de Freguesia relativamente à questão da água e da perda de água. Por fim, disse que não poderia deixar passar uma questão final que tinha a ver com as eleições legislativas em que o Partido Socialista (PS) saiu vencedor no concelho de Tabuaço e no distrito de Viseu. O PS ganhou a nível nacional com maioria absoluta e os tabuacenses confiaram neste Governo, a última vez que tinha sido ganho foi em dois mil e cinco, pelo que se congratulou com o resultado das eleições legislativas quer em Tabuaço quer no distrito de Viseu. -----

Terminada a intervenção o Presidente da Assembleia Municipal informou o Deputado **Cristofe Pedrinho** que em relação ao regimento era verdade que se tinha comprometido a tentar que a nova versão do regimento fosse colocada a apreciação da Assembleia Municipal nesta reunião, mas tal não foi possível e isso prendia-se, principalmente, com algumas questões que tinham a ver com a transmissão em direto e com a participação de público. Era uma questão que estava a tentar dirimir com um parecer jurídico nesse âmbito, mas era uma questão relativamente simples, pelo que estava a contar que já na próxima reunião e atempadamente pudesse remeter aos Deputados o regimento para consulta e apreciação e eventual contributo, para depois na reunião de abril poderem fazer a votação. -

Posteriormente foi dada a palavra ao **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** para, em primeiro lugar, convidar os presentes a participarem na caminhada “Caminhamos contra a Violência”, uma iniciativa da Câmara Municipal de Tabuaço, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Tabuaço e da Associação de Pais e cujas receitas reverteriam a favor da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. -----

Continuou a sua intervenção dizendo que a prestação de alguns técnicos em termos de Plano Diretor Municipal (PDM) era muito questionável. Na última reunião votaram a isenção de taxas de licenciamento para as obras a realizar na Quinta de Santo António, a qual foi deferida pois todos estavam de acordo que seria um incentivo a quem quisesse investir no concelho. Mas quem queria construir em zonas de expansão urbana tinha que fazer a operação de loteamento, pagar taxas de loteamento, construir infraestruturas, passeios, redes elétricas, postes de iluminação, pagar essas infraestruturas e depois cedê-las ao domínio público, depois disso pagar as taxas de licenciamento e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois da obra feita pagar o imposto municipal sobre imóveis (IMI), o que na sua opinião criava graves situações de injustiça. Como referiu anteriormente, para ele tinha muito mais interesse municipal a fixação de jovens casais do que uma quinta perto da Estrada Nacional 222, porque todos sabiam o que acontecia. Os grandes investimentos nessas quintas, ao invés de fazerem o “pisca” em direção a Tabuaço, fazem o “pisca” em direção à Nacional 222 e mais facilmente vão para o Pinhão ou para o Peso da Régua. Referiu que o PDM tinha erros graves na sua formulação, tal como as definições das zonas de expansão e outro desses erros era a sobreposição de zonas urbanas com reservas ecológicas. Deu o exemplo da zona de São Plácido, em que falavam de hectares e hectares sobrepostos que se traduziam em prejuízos para os proprietários, pois quando viram os planos municipais estavam definidos como zonas de expansão urbana. Mais referiu graves lacunas na secção de obras, onde se verifica elevado absentismo e baixa produtividade. Interrogou se esta situação proporcionaria a evolução de Tabuaço. Questionou para quando estava prevista a reformulação do PDM. -----

Interveio, seguidamente, o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que começou por dizer que relativamente à intervenção do Deputado **Cristofe Pedrinho** sobre a questão da água e da seca iria abster-se de falar disso de momento e falaria nela em “Outros assuntos de interesse para o Município”, porque teria que ser muito mais abrangente, teria que haver sustentabilidade, que estava inserido no contexto de algo que se chama confiança e essas medidas de alterações climáticas tinham que ser sustentáveis, não era resolver o problema este ano. Referiu que tinha abordado este assunto há três ou quatro anos, que tinham que começar pelas escolas, mas nessa altura alguém o acusara de estar a ser demasiado apressado, mas não era. Tinha pena de muitas vezes estar certo. -----

Pegando nas palavras do Deputado **Cristofe Pedrinho** de quem ganhou as eleições, não concordou com as causas apresentadas, por uma questão muito simples, estava aqui como independente, votava naqueles que pensava que melhor gerem os seus objetivos, considerava-se apartidário, tinha a sua autonomia e defendia os interesses da população e as suas ideias, não era nem manipulável nem manobrável. Disse que lhe causava uma estranheza imensa como é que não houve uma única empresa de sondagens, em Portugal, que tivesse sido responsabilizada. As sondagens tinham uma ficha técnica e uma semana e uns dias antes das eleições os dois maiores partidos do País estavam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empatados, isso tinha a ver com as sondagens, manipulação de eleitorado, e a forma como o Deputado **Cristofe Pedrinho** fez a análise era a forma mais simplista que podia haver, porque houve votos do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Comunista Português (PCP) que foram para o Partido Socialista exatamente por o povo não ter concordado com aquilo que eles fizeram. Toda a gente de bom senso saberia prever isso, o BE e o PCP, ao fazerem o que estavam a fazer, iriam dar mais poder ao PS e o Partido Chega também ajudou. Já esteve lá o Partido Social Democrata (PSD), já esteve lá o Partido Socialista, e podia garantir que ia catapultar para o que ia dizer a seguir, uma sondagem ou estudo feito pela Fundação Calouste Gulbenkian, idónea, talvez a fundação mais séria do país, dizia que se Portugal continuasse no rumo que estava na década vinte trinta iriam estar mais pobres ainda. Portugal era o terceiro país mais pobre da União Europeia, e isso não eram dados do Governo, nem do PSD, do BE ou do PCP, eram dados reais e não conseguia pactuar com o que tinha sido dito pelo Deputado **Cristofe Pedrinho**, um Governo que tinha feito pacto desde a última legislatura com vários governantes, vários Ministros que cometeram erros, que até os membros do PS o admitiram e não tiveram a hombridade nem sequer a responsabilidade política de se demitirem e infelizmente o Primeiro-Ministro também não teve a coragem para o fazer. Não estava a tomar nenhum partido, mas não podia ficar calado quando ouvia pessoas a dizer que houve um aumento de zero vírgula nove por cento. Questionou o Deputado **Cristofe Pedrinho** se sabia qual era o aumento em cada mil euros depois de retirado o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS). Pediu ao Deputado para ver as realidades estatísticas dos organismos internacionais, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia e ver onde colocavam Portugal. Questionou se acreditava em tudo o que o Primeiro-Ministro, António Costa, dizia. Terminou dizendo que lamentava em não concordar com o que tinha sido dito pelo Deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

Dada a palavra ao Deputado **Cristofe Pedrinho** para responder às questões colocadas, começou por referir que não ia fazer nenhuma intervenção, mas tendo em conta a forma como o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** tratou todos aqueles que eram militantes ou simpatizantes de um partido, tanto do PS como do PSD, como manipuláveis e que não pensavam pelas suas cabeças, tinha de dizer de uma forma muito clara, não concordava com o que tinha acabado de dizer, porque tinha sido dito que alguém que estava junto de um partido, partidos esses que são essenciais à democracia, eram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

manipuláveis, que eram uns bonecos e que os independentes não eram bonecos nenhuns. Relativamente aos factos, os únicos factos que aconteceram nas eleições legislativas foram que o Partido Socialista ganhou com maioria absoluta, isso era um facto. Havia dois milhões e duzentos mil portugueses que tinham votado no Partido Socialista e se confiavam esse voto era porque acreditavam que estavam a fazer um bom trabalho. Terminou dizendo que tudo o resto que o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** tinha dito eram especulações. -----

Seguiu-se a intervenção do **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** para propor um voto de pesar pelo falecimento do senhor José Cardoso, cujo teor se transcreve: -----

“Faleceu no passado dia doze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, o senhor José Cardoso, que residia no Lugar da Carreira, na Freguesia de Barcos, Município de Tabuaço. -----

Uma pessoa bastante conhecida e respeitada pela sua conduta e dedicação à família e à comunidade. Ao longo da sua vida, durante vários anos, houve uma enorme dedicação à Freguesia de Barcos, como Presidente da Junta. -----

A sua ausência deixa desolados os seus familiares, amigos e conhecidos, deixando-nos o seu exemplo de vida enquanto bom cidadão. -----

Aos seus familiares, as nossas sinceras condolências. Manifestamos o nosso profundo respeito.” ----

Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para informar que a votação do voto de pesar seria feita no final da intervenção do Presidente da Câmara para dar resposta às interpelações feitas. --

O Presidente da Câmara, no uso da palavra e respondendo às questões suscitadas pelos Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e **Cristofe Pedrinho** relativamente à questão da falta de água, disse que o problema das alterações climáticas, da probabilidade de seca e da falta de água era um problema que, infelizmente, não era de agora e que tentavam sempre remediar mais do que prevenir, porque na maior parte das vezes tinham o diagnóstico, mas acabavam só por reagir quando os problemas aconteciam. Relativamente à questão do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** sobre a formação e tentar incutir ou enraizar hábitos nas pessoas sobre a poupança de água disse que muitas das vezes era difícil em populações como a do concelho, que infelizmente, cada vez estão mais envelhecidas, conseguir incutir esses hábitos. Para as novas gerações era um processo natural, porque estavam habituados desde pequeninos a fazê-lo, enquanto para os mais idosos era um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo mais difícil, mas a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, todos e cada um dos presentes tinham responsabilidades públicas, pessoais ou familiares e tinham que continuar a insistir, apesar de não terem resultados imediatos. -----

De uma forma mais concreta, em Tabuaço, e no que respeitava a captações externas, porque as captações internas na maioria das vezes dependiam de furos artesianos, tinham duas realidades. A primeira, a barragem do Vilar, que tinha mais impacto no abastecimento de água no Município. Referiu que acerca de duas ou três semanas em conversa com o Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Eng.º José Pimenta Machado, com a administração da Energias de Portugal, S.A. (EDP) e também com o Ministério do Ambiente foi garantido que para além da proibição de produção de energia elétrica na barragem, nos próximos dois anos e, independentemente de não se vir a verificar aquilo que se previa de anos de seca extrema e de haver mais água do que aquela que estava prevista, os caudais ecológicos seriam reduzidos aos valores mínimos como se estivessem em seca extrema, no fundo, para garantir o valor mínimo de metros cúbicos na barragem para o abastecimento de todas as freguesias. Frisou que até há bem pouco tempo a barragem continuava a turbinar água para produzir energia elétrica sem qualquer tipo de controlo e a redução da bacia de água não se deveu aos caudais ecológicos mas muito mais à produção de energia elétrica do que propriamente à questão de perdas e à seca. Disse querer acreditar que agora as coisas iriam ser diferentes. Continuou referindo que a segunda realidade era a questão da barragem de Ranhados e essa era uma situação mais preocupante, principalmente para os Municípios da Meda, de São João da Pesqueira e de Vila Nova de Foz Côa que eram maioritariamente abastecidos por essa albufeira. No concelho de Tabuaço tinham a aldeia do Pereiro a ser abastecida e aí existia já um valor de reserva de água que estava no limite e já tinham havido algumas medidas, nomeadamente a previsibilidade de encerramento de fontanários, de campanhas mais agressivas no sentido de não só tentar sensibilizar mas de eventualmente até de futuramente punir os desperdícios de água. -----

Referiu que para além da seca tinham, infelizmente, outros problemas como o estado das redes. Tabuaço deveria ser dos concelhos do Douro Sul com maior taxa de cobertura de abastecimento de água e de tratamento de resíduos há trinta ou quarenta anos, o que levava a que, atualmente, as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

infraestruturas estivessem mais obsoletas e isso obrigava a que existisse uma requalificação, o que implicava um investimento bastante avultado, na ordem de vários milhões de euros. A realidade era que o Município, quer fruto da situação financeira, quer por ainda não integrar uma associação de gestão da água, pelo facto do processo ainda não estar concluído, se via impossibilitado de se candidatar a projetos porque os avisos para este tipo de infraestruturas apenas podia ser feito por entidades agrupadas e não por Municípios isolados. Já tiveram a primeira reunião deste mandato com a Associação de Municípios do Douro Sul, que estava a liderar o processo de criação da associação e decidiram que não iriam continuar nesta discussão, que lhes parecia infrutífera, com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), no sentido de levarem para a frente este modelo económico, que era a associação. Apesar da ERSAR anteriormente ter dito que este modelo serviria, e agora dizer que não servia, os Presidentes de todas as Câmaras decidiram de uma forma unanime que iriam reunir com a ERSAR e se tivesse que ser avançariam como empresa, mas se eventualmente houvesse a possibilidade e se entendessem que era melhor tendo em conta um estudo económico, que teria que voltar a ser feito porque o anterior remontava a dois mil e dezanove, poderiam eventualmente tentar integrar um outro sistema, como o das Águas do Norte, que estava em pleno funcionamento e que beneficiou à época da sua criação daquilo que era a estrutura que já existia em Vila Real, a Águas e Resíduos de Vila Real E.M., S.A. (EMARVR), e que permitiu que aquela realidade fosse mais facilmente implementada e com muito mais conhecimento e de uma forma mais fácil. Realçou que tinham que prosseguir rapidamente com essa questão porque era fundamental avançarem com a requalificação das redes e com a substituição dos contadores. Afirmou ainda que, quando retomarem as reuniões mensais com os Presidentes de Junta, este iria ser um dos temas que mais tempo iria ocupar, e iriam tentar adequar as respostas à realidade de cada uma das freguesias bem como tentar de alguma maneira sensibilizar da melhor forma as populações. -----

Depois, quanto à questão que foi suscitada pelo Deputado **Cristofe Pedrinho**, no que respeitava às eleições, referiu que não havia muito a dizer, a não ser respeitar e endereçar os parabéns a quem tinha vencido. Até porque tinha, com toda a certeza, feito passar incomparavelmente melhor a mensagem daquilo que tinha feito e ao que viria. Na sua opinião, não lhe parecia que este fosse o local indicado para explanar sobre este assunto, de qualquer forma respeitava os resultados e entendia que de alguma forma a estabilidade era sempre benéfica, porque garantia previsibilidade quer naquilo que era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a iniciativa privada, quer também nas relações institucionais. Muito sinceramente, esperava enquanto Presidente de Câmara, e não a título pessoal, que houvesse muita coisa que mudasse independentemente deste resultado. Ainda na última reunião da Assembleia Municipal tinham falado nas palavras da Ministra da Coesão Territorial, que tinha uma ligação com as autarquias de há décadas, quer como Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), quer agora enquanto Ministra, e aquilo que ela disse, o centralismo de que padecem, teria que ser alterado e esperava que essa verbalização se concretizasse. Também era verdade, e o Deputado **Cristofe Pedrinho** lembrou, que em dois mil e cinco foi a única vez que o Partido Socialista ganhou as eleições legislativas no concelho de Tabuaço e esperava, para bem do concelho e do País, que o que viesse a acontecer daqui para a frente não fosse igual ao que aconteceu depois das eleições de dois mil e cinco. -----

No que respeita às questões levantadas pelo **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** asseverou que como era lógico, e já tinham falado sobre isso na reunião transata, o ser humano muito dificilmente conseguia estar satisfeito ou sempre satisfeito com o seu desempenho, principalmente em estruturas pesadas como as das Câmaras Municipais, que muitas vezes continuavam a ser associadas ao funcionamento da Função Pública e que demoravam a reagir. Situação que, claramente, lhe parecia agravada com tudo o que aconteceu nos últimos dois anos, com a questão do teletrabalho ou de estarem a trabalhar em espelho, e que veio agravar uma situação que já de si não era a ideal. A verdade era que a situação das obras particulares acabava por ser o sector da Câmara Municipal que mais visibilidade tinha, a par da ação escolar, aquela que mais impacto tinha diariamente na vida das pessoas, portanto também era aquela onde a exigência das pessoas era maior o que obrigava a uma resposta ainda mais otimizada. Relativamente à questão dos técnicos, infelizmente, a própria questão do teletrabalho e do trabalho em espelho agravou alguma demora nas coisas. Voltou a frisar que não havia maus técnicos, havia maus políticos, e dizia isto olhando e referindo-se a si, porque para todos os efeitos o reflexo do corpo técnico era o reflexo daquilo que eram enquanto dirigentes e enquanto Presidente de Câmara. Quando percebia que havia coisas que não funcionavam bem tinha que as mudar e tinha que perceber que se tinha escolhido um caminho e não estava a funcionar tinha que o adaptar. E o facto de ter que fazer alterações iria otimizar quer o nível de capacidade de resposta quer o nível de capacidade de análise. Essa capacidade de análise e a subjetividade da análise era um dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problemas mais graves e não era só para os técnicos do Município, porque mais uma vez ficou indignado com um parecer da Direção Regional de Cultura do Norte (DRC-N) com uma série de condicionalismos, quando já tinha estado numa reunião, com os técnicos e a empresa em questão, e onde grande parte desses condicionalismos tinha ficado ultrapassada. -----

No que concerne à questão das zonas de expansão discordava do que tinha sido dito pelo **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço**, porque o PDM era dúbio na forma como falava da obrigatoriedade de um loteamento nesse tipo de zonas e aquilo que faziam de algum tempo a esta parte era juridicamente tentarem trabalhar esse pressuposto de evitar que nessas zonas de expansão, atendendo a uma série de considerandos que estavam vertidos num parecer jurídico e atendendo a que também existia enquadramento legal para isso, essas operações pudessem ser feitas através de obras de licenciamento e não de loteamento. Também porque entendiam que o loteamento implicava custos incomparavelmente maiores para os munícipes e não podiam andar a apregoar que queriam que as pessoas investissem para depois produzirem legislação e criarem mecanismos e regulamentos que iriam dificultar ainda mais a vida aos requerentes. Relativamente à questão das zonas urbanizáveis sobrepostas com reserva ecológica ou reserva agrícola, disse que preferia pensar que tinha sido um lapso, e agora teriam que, de alguma forma, tentar resolver esse lapso através da desafetação da reserva ecológica. E como estavam a iniciar o procedimento de revisão do PDM, que terá de estar terminado até junho do próximo ano, foram aconselhados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) a que essa situação fosse englobada e tratada. Foram também aconselhados a englobarem na revisão do PDM a Quinta do Hospital e o Bairro do Fraguil em Valença do Douro, que eram situações que pretendiam ver resolvidas. Esperava que ainda durante o mês de março pudessem ter constituídas as comissões obrigatórias, pelo que sugeriu ao Presidente da Assembleia Municipal que formasse uma comissão com três ou quatro elementos da Assembleia Municipal para que depois se pudessem periodicamente sentar-se com as equipas e irem acompanhando os trabalhos de revisão do PDM. -----

Relativamente à questão do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** sobre a comunicação disse que sinceramente gostava de comunicar mais ou mais em tempo real, pelo que gostava de pensar numa forma de otimizarem o envio de informação e se calhar no final de cada mês enviarem o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resultava das deliberações das reuniões de Câmara. Disse que se o Presidente da Assembleia Municipal não visse nenhum problema nisso ele também não via nenhum problema em criarem um horizonte temporal de envio de comunicação mais estreito. -----

Por último, o Presidente da Câmara realçou que reiterava também a título pessoal o voto de pesar que o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** trouxe, até porque o senhor Zezinho, como todos o conheciam, era realmente uma pessoa de enorme dimensão, uma pessoa muito importante para a freguesia de Barcos, não apenas naquilo que foi o serviço à causa pública durante muitos anos, mas também por aquilo que representava socialmente na comunidade e era com muita saudade e a própria forma como tudo aconteceu que acabou por causar ainda mais tristeza. -----

Foi dada a palavra novamente ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que referiu que achava que seria de boa natureza começarem a fazer o que tinha sido dito no final pelo Presidente da Câmara. Aliás, competia à Mesa da Assembleia tratar disso com o Executivo e era uma forma de a Assembleia Municipal poder acompanhar melhor a atividade da Câmara Municipal, apreciá-la, fiscalizá-la e poderem trocar ideias. Relativamente à questão dos técnicos e do pessoal lamentava discordar do Presidente da Câmara nesse aspeto. Relembrou que na última reunião o Presidente da Câmara tinha dito que estava na altura de pensarem numa forma de alterarem o organograma e numa forma diferente de atuarem porque as queixas não eram só destes últimos dois anos. Havia várias coisas que tinham que ser limadas porque eram recorrentes e por melhor disposição com a qual enfrentem essas situações o que era certo era que havia processos que demoravam tempo a mais. E não estava aqui para definir, nem julgar os técnicos e os trabalhadores da Câmara Municipal, porque eles tinham com certeza superiores hierárquicos e de certeza absoluta que tinham dirigentes. Referiu que tinham que mudar e que tinha a certeza que tanto o Presidente da Câmara, como o Executivo, como a Assembleia Municipal e como os trabalhadores do Município iriam conseguir fazê-lo, porque os objetivos iriam ser muito rigorosos, porque as competências, a transparência foi adiada, mas haveria de voltar e aí as coisas iriam complicar-se muito mais. -----

Terminadas as intervenções e não havendo mais pedidos de esclarecimento, foi sujeito a votação o voto de pesar pelo falecimento de José Cardoso, tendo sido aprovado, por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos para um intervalo, recomeçando às dezasseis horas e quinze minutos. -----

Retomando os trabalhos agendados o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período da **ORDEM DO DIA**. -----

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** agendada no **ponto um da ordem do dia** e para a qual foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por dizer que algumas das questões, como as eleições e a seca já tinham sido faladas anteriormente, contudo havia duas ou três situações que gostaria de abordar. Manifestou que, na sequência do que já tinham conversado na reunião anterior, na penúltima reunião da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro), o Município de Tabuaço solicitou que fossem colocadas três questões na ordem de trabalhos, nomeadamente a questão da Caixa Geral de Depósitos (CGD), já em dois mil e dezanove tinham manifestado essa reivindicação junto da Comunidade Intermunicipal, que se prendia com o facto da desqualificação e redução de serviços na Caixa Geral de Depósitos e o encerramento dos serviços de balcão em alguns dias. Referiu que à época a Comunidade Intermunicipal tomou uma posição e foi garantido pelo Primeiro-Ministro que toda aquela situação não iria continuar e até iria ser revertida em alguns casos, a verdade foi que pouco tempo depois dessa reunião começou a pandemia e fruto desses constrangimentos e de vários estados de emergência que foram sendo decretados ao longo desse tempo, as instituições bancárias, tal como outros serviços, tiveram um funcionamento diferente. Contudo, neste momento, esse período de maior perigo já tinha passado mas parecia-lhe que a COVID-19 tinha vindo permitir que a Caixa Geral de Depósitos se viesse novamente desculpar e contrariar o que à época tinha sido dito pelo Primeiro-Ministro. Referiu que grande parte dos Municípios continuava com situações similares à de Tabuaço, pelo que voltaram a insistir que neste caso, primordialmente, solicitassem a reversão desta situação e a marcação de uma reunião presencial com a administração da CGD. Iriam continuar a insistir porque não permitiam que fossem desconsiderados e diminuídos. Colocou também na ordem de trabalhos o facto de, passados dois anos, a Conservatória do Registo Civil e Predial, o Serviço de Finanças e outros serviços públicos ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

funcionarem por marcação, o que na sua opinião era impensável e insustentável. Pelo que solicitaram uma reunião presencial com cada uma dessas entidades e depois da posse do Governo iriam manifestar essa preocupação e tentar inverter essa situação. O último assunto prendia-se com a consulta pública que a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) fez relativamente à cobertura de rede e onde verificaram duas situações na União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia, nomeadamente em Santo Aleixo, onde tinham assinalado como zonas cobertas, mas onde não existia cobertura de rede. Isso foi comunicado à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) que entretanto manifestou a vontade de reunir. -----

Por último, o Presidente da Câmara deu conhecimento ao Plenário que já tinha sido constituído a nova direção da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul (AMVDS). Transmitiu ainda que tiveram a reunião do Conselho da Comunidade e, à semelhança daquilo que aconteceu nos últimos quatro anos, voltaram a eleger o Município de Tabuaço, na sua pessoa, para continuar a presidir o Conselho da Comunidade junto da Direção do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Douro Sul e esperava que esses próximos quatro anos fossem mais calmos que os últimos dois aquando da problemática da COVID-19. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito os Deputados **Cristofe Pedrinho** e **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

O Deputado **Cristofe Pedrinho** usou da palavra para questionar o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação das obras na rua Sá de Albergaria, visto que iniciaram em julho de dois mil e vinte e, passados quase dois anos, ainda não estavam concluídas. Interrogou para quando estava prevista a conclusão das mesmas. Acrescentou outra situação relativamente à informação escrita, onde era dito que tinha sido feita a aplicação de herbicida por todas as ruas de Tabuaço. Referiu que sabia quais eram as consequências da aplicação de herbicida com glifosato e portanto o desafio que lançava ao Município de Tabuaço, na pessoa do Presidente, era que acabasse com essa aplicação até ao final do ano e começasse a utilizar alternativas, tais como o controlo mecânico e o método térmico. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguiu-se a intervenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que concordou com o Deputado **Cristofe Pedrinho**, apesar de saber pelo Vice-Presidente, a quem agradeceu a amabilidade de o atender sempre que solicitava alguma informação, que a aplicação foi feita por uma empresa certificada, pelo que os produtos não teriam a mesma perigosidade que teriam se fossem aplicados da forma que eram anteriormente. Contudo, e voltando às questões climatéricas, sabia que existiam alternativas e pensava que a Câmara Municipal de Tabuaço poderia ser um bom exemplo nesse sentido. Relativamente à questão dos serviços e dos seus encerramentos, gostava que lhe fosse dado esclarecimentos sobre o andamento da situação, apesar de acreditar que, tendo em conta a escala do concelho de Tabuaço, seria cada vez mais difícil conseguir combater o encerramento de serviços. Disse não entender a questão dos serviços públicos que continuavam a atender por marcação, e tendo em conta que a sede de concelho estava cada vez mais despovoada, muita população que se deslocava para tratar de determinados serviços, mais facilmente iriam a outros concelhos. Terminou a sua intervenção abordando um assunto que achava pertinente e que pensava ter que ser resolvido de uma forma mais célere possível, visto que quando chegou do Expresso de Lisboa, se não o tivessem avisado teria cortado a cara por causa de um sinal. Pensava que a responsabilidade da sinalização vertical era da Câmara Municipal, pelo que pediu para retirarem aqueles sinais ilegais, que estavam presos com arames e não estavam à altura regulamentar. Referiu que aqueles sinais eram um perigo, não só para ele enquanto invisual, mas para toda a gente, pelo que agradecia que essa situação fosse verificada. -----

Para responder às intervenções, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por referir que relativamente à questão do Deputado **Cristofe Pedrinho** acerca das obras na rua Sá de Albergaria era uma situação que o orgulhava pouco, infelizmente a obra tinha demorado bastante a avançar por uma série de situações. Garantiu que iria agendar uma reunião para chegarem a uma conclusão, pois a obra tinha que avançar com a maior celeridade possível. Esta situação já se arrastava há demasiado tempo e ainda com a agravante de causar efeitos negativos, por ser no centro da Vila, o que causava dificuldades quer de estacionamento quer de circulação. -----

Relativamente à questão dos herbicidas, e na sequência do que tinha sido falado anteriormente, acrescentou que todos tinham cada vez mais a consciência quer das alterações climáticas, quer da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deterioração do meio ambiente e dos ecossistemas, sendo que também tinham que balancear as coisas. E a verdade era que, em determinadas alturas, reduziram ou pararam a aplicação de herbicidas, mas se por um lado conseguiam ter a questão ambiental resolvida, por outro lado tinham a contestação social pela aparente degradação do espaço público. Deixou o compromisso, até porque a própria legislação obrigava, de tentarem reduzir a utilização de produtos que podem causar problemas ambientais. -----

No que concerne à questão levantada pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** relativamente ao encerramento dos serviços, o que tinha sido verbalizado ao longo dos últimos anos pelo Governo era que não haveria mais nenhum encerramento de serviços ou desqualificação. A lógica da descentralização tinha que ser assumida a sério e era fundamental pensarem no território, porque havia uma política de décadas de clara viragem para onde havia mais gente e isso levava a que cada vez mais a qualidade de vida lá fosse pior e em concelhos do interior, onde até tinham qualidade de vida, havia cada vez menos pessoas para dela poderem usufruir. Não há crescimento, mas sim deslocação para os grandes centros, mas no interior do país as coisas eram feitas tão bem ou melhor, custava era incomparavelmente mais do que custava fazer nos outros lados. Acrescentou que a Câmara Municipal iria até ao fim na defesa dos interesses da comunidade. -----

Relativamente à questão das pessoas irem mais para outros concelhos, tinha a indicação de que a situação era transversal a todos e os serviços estavam a funcionar de igual forma em todo o lado. No que concerne à questão do sinal tinha que pedir informação aos serviços e falar também com o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim porque não queria que acontecesse algum tipo de acidente. -----

Terminadas as intervenções passou-se para o **ponto dois** sobre a apreciação **do relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Tabuaço, respeitante ao ano de 2021**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário que o Presidente da Câmara não tinha qualquer interesse em fazer menção a esta informação. Ainda assim, e como o relatório foi enviado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para os Deputados, abriu o ponto à discussão. Não houve nenhuma inscrição, pelo que deu o ponto como apreciado. -----

Seguiu-se para o **ponto três** concernente à apreciação, discussão e votação da **proposta do “novo” Regulamento da Loja Social do Município de Tabuaço**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O Presidente da Câmara começou por pedir desculpa por este ponto ainda não ter sido trazido à Assembleia Municipal pois poderia ter sido introduzido na reunião de dezembro. Referiu que este regulamento resultava da manifestação de algumas necessidades e incoerências do anterior regulamento por parte da Assembleia Municipal, tendo uma equipa de trabalho com elementos da Assembleia Municipal e com técnicos da Câmara Municipal produzido esse trabalho. Concluiu dizendo que no fundo todas as situações que à época se entendiam que eram dúbias, que não eram esclarecedoras e que eventualmente poderiam inviabilizar algum tipo de apoio ou decisão tinham sido resolvidas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate. -----

Usou da palavra o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para afirmar que era com muito prazer e alegria que via finalmente o regulamento aparecer na Assembleia Municipal. Para aqueles Deputados que não estavam no mandato anterior, referiu que tinha sido o principal impulsionador da sua alteração devido a determinadas situações para as quais chamou a atenção, elementos que eram exigidos e que já não faziam sentido, alguns procedimentos e tramitação dos processos que foram também limados, as decisões finais e transitórias, alguma definições, o arrumar das competências e atribuições, objetivos, entre outros. Lembrou que o grupo de trabalho tinha sido criado em fevereiro do ano passado, estiveram reunidos uma tarde, e lamenta mas isso cabia também ao Executivo verificar a que se deveu esta demora, porque o esboço tinha sido feito. Sabia que a Loja Social tinha conseguido levar a cabo o seu trabalho, apesar de baseado no regulamento que entretanto tinham aprovado nessa reunião de fevereiro, condicionalmente, estar em vigor até este novo estar feito e aprovado. Agradeceu

ATA 04 || 2021.2025 Fls. 89



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

às técnicas que participaram com ele na reunião, à Vereadora **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e esperava, sinceramente, que o regulamento facilitasse e tornasse o trabalho da Loja Social mais transparente, mais célere, mais eficaz e mais justo, essencialmente. Gostava que para a próxima, quando isso acontecesse, que os serviços, se possível ou se pudessem, que fizessem com que estas coisas fossem um bocadinho mais céleres porque já tinha passado um ano, contudo era bom que estivessem aqui para o aprovar e que ele servisse o intuito e o objetivo para o qual tinha sido criado. ---

Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para agradecer em nome da Mesa da Assembleia aos Deputados que à época se disponibilizaram para constituir este grupo de trabalho que acompanhou os serviços do Município no redesenhar do regulamento, nomeadamente à atual Vereadora **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, à época Secretária da Mesa da Assembleia, e também ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

Não havendo intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, foi o mesmo sujeito a votação tendo sido aprovado, por unanimidade. -----

Seguidamente passou-se para o **ponto quatro** respeitante à apreciação, discussão e votação da **proposta de prorrogação do prazo para a transferência de competências no domínio da ação social**. -----

O Presidente da Assembleia informou o Plenário de que a Câmara Municipal tinha solicitado à Mesa para que este ponto entrasse na Ordem de Trabalhos previamente à sua discussão e votação em Câmara Municipal, facto que ocorreu na reunião de Câmara realizada nessa manhã, tendo a proposta sido aprovada. Informou ainda que, antes de fazer a leitura da deliberação, daria a palavra ao Presidente da Câmara para que apresentasse o ponto em epígrafe. -----

No uso da palavra, o Presidente da Câmara começou por explicar que o pedido feito à Mesa evitaria a realização de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, atendendo a que a proposta da Câmara Municipal seria sempre no sentido da não-aceitação das competências. Essa decisão tinha sido tomada por uma alteração regulamentar a catorze ou quinze de fevereiro, o que seria impossível a aprovação em reunião prévia da Câmara Municipal, e solicitar a sua introdução na Ordem do Dia da reunião da Assembleia em tempo oportuno. -----

ATA 04 || 2021.2025 Fls. 90



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou dizendo que continuavam a não concordar, a entender que o processo ficava claramente aquém daquilo que deveria ser um processo desta dimensão de descentralização de competências. Continuavam a acreditar que estavam num processo de distribuir tarefas e bastava até perceber que o facto de andarem indefinidamente a adiar os prazos era sinal de que nem o próprio Governo, nem os próprios Ministérios tinham muito bem a perceção de como as coisas avançavam. E à partida seria já no próximo mês que teriam que receber as competências e a primeira reunião com uma comissão de acompanhamento iria ser neste dia. Portanto, entendem que este processo não era favorável. Referiu que relativamente à Escola iriam recusar a transferência de competências enquanto não houvesse uma garantia escrita do Governo da intervenção que estava prospetivada no âmbito do Parque Escolar na CIMDouro num próximo quadro comunitário. Referiu que aquando da reunião na Delegação Geral de Educação, no Porto, com o Delegado e os técnicos, onde esteve com o Vice-Presidente e o Diretor da Escola, de uma forma simples foi fácil elencar mais de uma dezena de argumentos, que cada um por si era motivo para não aceitarem, já para não falarem na requalificação da Escola. Depois havia outra situação que já tinham falado na reunião anterior e era importante perceberem que havia Câmaras Municipais que estavam a preparar-se para pura e simplesmente recusarem as competências, estavam a tentar perceber qual o enquadramento jurídico para as recusarem, porque fruto desse desnorte que tinha sido esta questão da transferência de competências, existia um vazio legal para aqueles Municípios que não aceitassem as competências. -----

O Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção referindo que já há mais de um ano que aceitaram uma série de transferências de competências e até agora ainda não tinha havido alteração absolutamente nenhuma em nenhuma dessas áreas. Mais disse que continuavam a entender que aquilo que lhes davam não era suficiente, tendo em consideração que a exigência dos municípios, quando essas transferências fossem da Câmara, iria ser incomparavelmente maior. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e antes de abrir inscrições para o debate, leu a deliberação da Reunião de Câmara, cujo teor se transcreve: -----

“Ratificação da Proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 16 de fevereiro de 2022, referente à “Prorrogação do prazo para a transferência das competências no domínio da ação social”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEL. 035/02/2022

A Câmara depois de discutido o assunto deliberou, por maioria, com um voto contra do senhor Vereados Carlos Martins dos Santos Portugal, ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 16 de fevereiro em que decide: -----

“Proponho, no exercício da competência que é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo pela Lei n.º 75/20413, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, 50/2018, de 16 de agosto, e 66/2020, de 4 de novembro, em conjugação com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do suprarreferido RJAL, e, ainda, ao abrigo do estatuido no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2020, de 14 de fevereiro, que a Assembleia Municipal delibere no sentido de se prorrogar o prazo para a transferência das competências no domínio da ação social até 1 de janeiro de 2023, deliberação esta que será comunicada à Direção-Geral das Autarquias Locais até ao dia 14 de março de 2022.” -----

“Que seja dado conhecimento do teor da presente proposta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para efeitos da inclusão deste assunto no período da ordem do dia da reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal, que será levada a efeito às 14:30 horas do dia 25 de fevereiro de 2022, evitando-se, assim, custos desnecessários, a meu ver, com a realização de uma reunião extraordinária do órgão deliberativo apenas para a apreciação desta matéria.” -----

O senhor Vereador Carlos Martins dos Santos Portugal fez a seguinte declaração de voto: “O sentido deste voto contra deve-se ao facto de ser defensor de que estas e outras competências devem ser transferidas para os Municípios o mais rapidamente possível.” -----

Posteriormente o Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o debate, tendo usado da palavra o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para referir que não querendo ser repetitivo relativamente a esta matéria, já tinha expressado várias vezes o que achava no que respeita a este assunto. Sempre disse que isto não era uma transferência de competências, esta descentralização que o Governo tanto ecoava, no fundo, era uma ilusão que estava a criar nas populações e nos organismos estatais de que iriam ficar efetivamente com poderes e faculdades, com competências que antes pertenciam à Administração Central. Isto não era real, se pegassem em todos os diplomas onde era abrangida, estabelecida e vincada esta matéria, em todos eles poderiam verificar que apesar de transferência de algumas funções, não havia qualquer referência a transferência de verbas. Não havia

ATA 04 || 2021.2025 Fls. 92



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

noção por parte das entidades governamentais, porque já era a terceira ou quarta vez que estavam a adiar esta questão. Referiu que as justificações dadas foram a possibilidade de os Municípios se poderem adaptar a uma nova situação e a possibilidade de poderem formar com melhor eficácia e com mais tempo os seus ativos humanos. E questionou quem pagava a formação dos trabalhadores, se a verba era retirada do orçamento municipal ou se a verba era do Estado Central. -----

Referiu que deveriam começar a estudar essa questão porque não havia qualquer tipo de sanção em todos os diplomas que viu relativamente a esta matéria. Discutiu isso com colegas, especialistas em direito administrativo, e não haviam sanções como em alguns atos administrativos praticados pelo Estado. O ato existia legalmente para ser efetuado, mas depois não havia sanção legal caso ele não exista. Informou o Presidente da Câmara que enquanto a situação estivesse nesse desenho poderia contar com a sua opinião, cada vez mais vincada e mais rebelde, para recusar a transferência. Realçou que isto não eram transferências de competências, se quisessem fazer um projeto destes, respeitando as autarquias locais e respeitando o Interior e as populações desfavorecidas tinham que ser mais respeitados pelo poder Central. E garantiu, por trabalhar na Administração Central, que o que estava subjacente nisto era apenas uma forma de ficar bem na fotografia, porque não iria haver qualquer independência, era a mesma situação que acontecerá com as Comissões de Coordenação Regional. Disse que pensava como o Vereador Carlos Martins dos Santos Portugal, essas transferências já cá deveriam de estar há muito tempo, mas tinham que fazer as coisas com sustentabilidade. Não deveriam dizer para serem resilientes, porque estava farto de boas intenções e queria um País onde se sentisse bem em viver, queria viver num País onde as pessoas que se licenciassem não fugissem para o estrangeiro, onde realmente se olhasse para as populações e para os problemas do Interior. Concluiu a sua intervenção dizendo que se transferissem realmente competências e que se falasse em descentralização administrativa, já que a regionalização não existiu, e na sua opinião não havia necessidade disso porque as Câmaras conseguiam perfeitamente fazer o seu trabalho, desde que lhes dessem condições financeiras, formação aos ativos e que especificassem exatamente aquilo que queriam fazer. -----

Seguidamente foi dada a palavra ao Deputado **Cristofe Pedrinho** que referiu que poderia estar enganado, mas pensava que esta transferência de competências tinha sido um acordo em dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezoito entre o Governo e o PSD, onde até foi criada uma comissão independente para estudarem o assunto, fazerem esse trabalho e essa transferência de competências que decorria desde dois mil e dezanove. O Presidente da Câmara com certeza, por lapso, ou não, insistiu na transferência de competências da educação, apesar de estarem a votar as da ação social. Há minutos votaram uma proposta, um regulamento bem organizado relativamente à Loja Social e portanto a sua opinião e a do Partido Socialista, tal como a do Vereador Carlos Martins dos Santos Portugal, era que estavam a adiar o inadiável, porque em janeiro de dois mil e vinte e três iriam ter que aceitar essa transferência. Mais disse que o Presidente da Câmara tinha acabado de dizer que estava a ser montado um *lobby* para verem como iriam fazer quem não aceitasse, mas na sua opinião não podiam estar a adiar esta questão. Terminou referindo que era dito várias vezes que um euro gasto pelo poder local era muito mais bem gasto do que pelo poder central e se tinham essa oportunidade para demonstrarem que tinham essa capacidade, deveriam aceitar essas transferências. -----

Interveio novamente o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** dizendo estar de acordo com o Deputado **Cristofe Pedrinho**, mas o que estava aqui em causa não era o acordo feito entre o PS e o PSD, mas sim o concelho de Tabuaço e o bem-estar da população do concelho, com o qual o Deputado se deveria preocupar. Disse ainda que trabalhava com muitos Presidentes de Câmara, inclusive do PS, e todos se queixavam da mesma coisa. Ninguém estava a recusar as competências, nem tinham negado que o poder local tinha mais capacidade de sentir e de saber as necessidades da população, em termos de eficácia. A questão era se Municípios com a realidade como a de Tabuaço estavam preparados para isso. Tinham que pensar qual era o interesse da população, porque a população queria que lhe fossem prestados os serviços, mas queria que fossem bem prestados. Concluiu explicando que não estava contra a transferência das competências, mas já era a quarta vez que votavam isto e o Governo continuava a adiar o processo porque sabia que não tinha condições para colocar aquilo em prática e era isso que tinham que reconhecer independentemente do interesse partidário, porque nem sempre os partidos acertavam e não podiam ver os Municípios todos da mesma forma. -----

Retomando a palavra, o Presidente da Câmara informou o Presidente da Assembleia Municipal que o Vereador Carlos Martins dos Santos Portugal tinha solicitado a palavra. O Presidente da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal anuiu ao pedido após referir que era da competência do Presidente da Câmara a autorização para a intervenção do senhor Vereador em nome da Câmara Municipal. -----

No uso da palavra o Vereador Carlos Martins dos Santos Portugal declarou que votou a favor da transferência de competências na área da ação social porque entendia que estavam a falar de um Município onde havia muitas carências a esse nível e onde, efetivamente, ninguém conhecia melhor que a população local, a Autarquia e as Juntas de Freguesia os problemas que as pessoas tinham e de certeza absoluta que se tivessem, e tinham, transferência do ponto de vista de liquidez para que pudessem executar essas funções, deveriam assumi-las. E outra questão era saber se de facto aquilo que vinha para o Município era ou não suficiente para dar resposta às necessidades em termos sociais da população, podiam constantemente fazer uma avaliação rigorosa acerca disso. Outra coisa era, quer seja de carácter político ou partidário ou não, que os problemas continuavam por se resolver e sabiam que eram capazes de dar uma resposta mais eficaz, mais oportuna e mais célere. Já tinham experiência e o regulamento de certa maneira, embora saibam que não era o suficiente, para que as pessoas pudessem resolver todas as suas questões de subsistência, mas já era um princípio bastante bom, que se calhar outros Executivos não tinham, e este Município já tinha essa experiência. Por isso não via, neste caso concreto, o porquê de não aceitarem, poderia haver outras questões de maior dificuldade e compreendia que tinham de começar a fazer esse caminho, mas não era só dizerem que queriam e depois quando tinham a oportunidade não aceitarem. -----

Cedida novamente a palavra ao Presidente da Câmara, referiu que tinha que prestar um esclarecimento. Acredita que faziam incomparavelmente mais e melhor com as mesmas condições do que aquilo que o atual Governo fazia. Mas achava o processo curto, porque se realmente quisessem que tivesse impacto nas coisas, o processo iria mais longe, mas mesmo assim curto se lhes fossem dadas as condições aceitariam, porque bastava perceberem que em todas as áreas que não implicavam transferência de verbas, que apenas implicavam a questão da decisão e operacionalização, eles tinham aceitado essas competências. Apenas não aceitavam aquelas que implicavam a entrega de entidades e de verbas, porque eram aquelas que achavam que o valor que lhes iriam transferir ficava aquém daquilo que era a realidade. Até porque muito daquilo que era feito atualmente, era feito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em despesas do Município, portanto muitas das vezes o Governo já se escudava naquilo que eram as despesas do Município. -----

Referiu ainda que era a favor de terem mais responsabilidade e acreditava, convictamente, que faziam mais e melhor com o mesmo, mas neste caso aquilo que estavam a dar não chegava e ainda tinham a agravante de a exigência com o Município ser maior. Disse que por mais que acreditasse na boa-fé de quem estava a negociar, a verdade era que ao longo dos anos quer este quer outros Governos já tinham dado provas de que a boa-fé com que estavam a negociar, não a concretizavam, tal como aconteceu com as Águas do Norte, com os transportes ou com as estradas. Mais disse que poderiam correr o risco de ficarem com buracos financeiros em determinadas áreas, porque o universo de receitas e financeiro de Municípios como o do Porto, Lisboa, Viseu ou Vila Real era completamente diferente de um universo como o do Município de Tabuaço. -----

O Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção dizendo que não era contra, até porque já tinham aceite todas as transferências de competências que não implicavam transferências financeiras por acharem que eram capazes de fazer mais e melhor, mas aquelas que implicavam dinheiro, receber infraestruturas e entidades, como era o caso da área social, educação e saúde, iriam bater até ao fim ou até entenderem que havia uma proposta justa e digna para aquilo que entendiam ser os verdadeiros interesses do concelho. -----

Não havendo mais intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, foi o mesmo sujeito a votação tendo sido aprovado, por maioria, com vinte e três votos favoráveis, o voto contra do Deputado **Cristofe Pedrinho** e a abstenção da **Secretária da Junta de Freguesia de Valença do Douro**. De referir que no momento da votação, o Deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira** não se encontrava presente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto cinco - outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** e o Deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No uso da palavra o **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** pediu desculpa por estar a insistir neste ponto, mas como o Presidente da Câmara tinha falado na possível comissão para acompanhar a revisão do novo PDM, queria saber em que moldes isso poderia ser feito e disponibilizou-se, desde já, para integrar essa comissão. Achava que era um diploma importantíssimo para o concelho, e dada a urgência e a importância do mesmo, gostaria de saber como isso se poderia operacionalizar. -----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu à questão colocada pelo **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** referindo que era um processo que ainda estava a algum tempo de ocorrer. Iria carecer de uma reunião entre o Executivo Municipal e a Mesa da Assembleia para verem em que moldes poderiam estabelecer uma comissão representativa da Assembleia Municipal nesse grupo de trabalho que iria levar a cabo a revisão do PDM no concelho de Tabuaço. Em tempo oportuno dariam nota aos Deputados que assim o quisessem se fizessem representar nessa comissão de acompanhamento. -----

Seguiu-se a intervenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para questionar o Presidente sobre duas ou três situações em Sendim, nomeadamente, para quando estava previsto o finalizar definitivo das obras de requalificação, porque as queixas sucediam-se e ele não gostava de ouvir e achava que as pessoas tinham razão e qualquer dia só com um processo judicial é que aquelas obras iriam ser acabadas e esperava que isso não fosse necessário. Outra questão que ficou pendente ainda do mandato anterior, e que continuava, e queria que isso pudesse ter um desenvolvimento e andamento, prendia-se com a ocupação do espaço público de forma indevida, nas duas situações que frisou anteriormente na Estrada Principal em Sendim, uma perto do café do senhor Sérgio Rodrigues e outra em frente ao café da dona Lisete Coelho. Questionou ainda sobre a limpeza dos espaços em volta dos contentores para a reciclagem do lixo e a manutenção dos compostores. -----

Continuou referindo que a outra questão sobre a qual queria falar se prendia com a questão ambiental e a sua sustentabilidade, e iria abster-se de apresentar um documento, por ter discutido esse assunto anteriormente com o Vice-Presidente, que lhe deu alguns esclarecimentos e lhe disse que iriam ser tomadas quatro medidas de forma imediata, mas na sua opinião o plano tinha que ser muito mais abrangente. A que achava mais importante era o levantamento de situações de desperdício e de fuga de água. Havia situações totalmente alarmantes e isso era um dos aspetos que tinha que ser corrigido

ATA 04 || 2021.2025 Fls. 97



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e das primeiras medidas a serem levadas a cabo. Embora pense e também falou sobre isso, seria bastante necessário a curto médio prazo, se fosse preciso tinham sempre a sua disponibilidade para dar o seu contributo, pensarem num plano de sustentabilidade, de sensibilização, de educação ou de planificação, algo mais abrangente no que respeita à questão ambiental, porque não era só a água. Deu o exemplo, de que uma das coisas que achava e que era saudável e fácil de aplicar e que era mudar árvores de grande necessidade de água para árvores endémicas, evitar o abate de árvores em obras que se viam muitas vezes não só em Tabuaço, mas no concelho em geral. Deveriam implementar cada vez mais uma política de que arrancar uma árvore só mesmo se for necessário, e mesmo que fosse necessário deveriam plantar outra para a substituir não tinha que ser no mesmo sítio, mas pelo menos perto. Deveriam educar as pessoas e achava que estavam no momento certo para sensibilizar as pessoas porque este ano estava a dar um sinal bastante claro daquilo que poderia vir a acontecer, no próximo ano até poderia vir uma enxurrada, mas depois poderiam voltar a ter dois ou três anos de seca. Achava que era a altura certa, porque em tempos de aflição as pessoas aceitavam as coisas com mais facilidade e tinham que pensar seriamente nisso. Pediu que na próxima reunião lhe dessem algum *feedback* do que estava a ser feito e que até lá pensassem em algo muito mais musculado e com muito mais capacidade para enfrentarem este problema. -----

Terminou a sua intervenção solicitando que lhe fosse dada ressonância daquilo que tinha sido feito ou daquilo que não tinha sido feito relativamente às duas recomendações, das quais foi o proponente, apresentadas e aprovadas, por unanimidade, na última reunião da Assembleia Municipal. Relembrou que as mesmas se prendiam com a questão da empresa, que votaram a isenção de taxas, de o Executivo sensibilizar os investidores a fixarem a sede fiscal no concelho e na possibilidade de recrutamento de trabalhadores do concelho, e a questão do estudo relativamente à questão do agravamento do IMI para de certa forma tentar colmatar a questão dos prédios devolutos, abandonados e em ruínas. -----

Não havendo mais intervenções por parte do Plenário o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas. -----

O Presidente da Câmara começou por referir que, relativamente à questão colocada pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** das obras de requalificação de Sendim a ideia com que tinha ficado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quando foi lá visitar o espaço para a Loja do Cidadão, foi que já tinham ido arranjar parte da calçada e ainda faltava arranjar alguma coisa na obra do mercado, no entanto, e depois da sugestão do Presidente da Junta de Freguesia, e que lhe pareceu bem, de que se apesar da insistência feita se eventualmente vissem que as obras não eram terminadas, fazerem uma vistoria para fazerem uma receção parcial e eventualmente darem um período para eles oficialmente regularizarem o que não estava feito ou os problemas que surgissem. -----

Relativamente à questão do desperdício de água, para além do que já referiu anteriormente que decidiram junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses, para já foram aconselhados pelo Departamento Jurídico e pelos consultores que trabalhavam na montagem de todo este processo a não mexerem nas tarifas até começarem com a empresa ou com a associação. Tendo em conta o estudo económico feito em dois mil e dezanove deveria ser estabelecida uma tarifa de convergência para que todos os Municípios paguem o mesmo tarifário dos serviços de água e de recolha de resíduos sólidos urbanos. Muitos dos dados que nessa altura foram facultados eram empíricos, dos quais não tinham o conhecimento aprofundado, e uma das decisões que fizeram através da ANMP foi com o mesmo interlocutor fazerem um retrato muito pomenorizado do estado das redes, os pontos de abastecimento, a previsibilidade do tratamento de resíduos, para que conseguissem ter uma noção mais aprofundada, com mais rigor do que será o tal valor de tarifas de convergência. Mas o facto era que estava tudo demorado e não conseguia antever um horizonte temporal, mas teriam que rapidamente legalizar aquilo que ainda não estava a ser cumprido, que era a cobrança de taxas de tratamento de resíduos e a taxa de recolha de lixo, e esse valor teria que começar a ser cobrado. Depois as pessoas iriam perceberem que haveria mais capacidade do Município de depois intervir, porque por um lado haveria um acréscimo no valor das tarifas, mas haveria uma maior capacidade do Município em depois reaplicar esse valor na melhoria da qualidade de vida das pessoas. É fundamental que tivessem a percepção do real estado das coisas, principalmente a questão das condutas, dos contadores e das infraestruturas que foram feitas há muito tempo, iria ter que ser tudo de alguma forma modernizado e intervencionado, era um investimento avultado, mas acreditava que num horizonte temporal o retorno desse investimento era seguro, porque começariam a ser sustentáveis. Mais disse que se fizessem uma análise do défice de abastecimento de água e o défice de tratamento de resíduos, o défice do lixo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não era cobrado e mais as perdas associadas ao sistema, poderiam estar a falar em mais de meio milhão de euros que o Município de Tabuaço tinha de perda. -----

No que concerne às recomendações feitas e aprovadas na reunião anterior informou que a questão da taxa do IMI estava entregue ao Departamento Jurídico. Acrescentou ainda que posteriormente já esteve com o proprietário da Quinta e entretanto foram já sensibilizando quer no sentido da questão do recrutamento de pessoal quer naquilo que era a própria dinâmica comercial do que iria ser feito. -----

Referiu que relativamente à ocupação do espaço público iria estar, na próxima segunda-feira de manhã, na CCDR-N com as senhoras Eng.^a Rosa Cortez e a Dr.^a Maria Manuel Russo no sentido de reafectarem verbas que ficaram de obras com um valor inferior ao que era a execução, iriam apresentar um documento dessa realocação de verbas e uma parte dessas verbas iria para a situação que já tinham falado em reuniões anteriores da mobilidade da estrada municipal em Adorigo, Távora e Sendim, que eram os pontos que mais perigo representavam neste momento, e à partida esses espaços públicos referidos em Sendim seriam intervencionados e acreditava que essas questões de ocupação de via pública ficariam resolvidas. -----

Relativamente à questão da limpeza à volta dos ecopontos, a informação que tinha era que as coisas estavam melhores. Já no que respeitava à compostagem continuava a acreditar que tinha sido um processo pioneiro e continuava a pensar que o futuro tinha que passar por aí, até porque a breve trecho o valor que atualmente pagam pelo lixo iria disparar de uma forma abrupta e tinham que arranjar alternativas. E os resultados demonstraram um decréscimo do volume global do lixo doméstico. Disse que teriam que redimensionar o projeto e adquirir compostores maiores do que os existentes atualmente para permitir levar mais composto e sensibilizar as pessoas para apenas colocarem nos compostores resíduos orgânicos biodegradáveis como os restos de alimentos e de jardim ou horta. A lógica era melhorar porque tinham que criar, de alguma forma, soluções alternativas. -----

O Presidente da Câmara terminou a sua intervenção convidando os presentes para uma série de eventos que felizmente e fruto do anunciado final de pandemia iriam haver durante o mês de março. Iriam ter dois concertos, nos dias quatro e dezanove, integrados no Festival Magos da Guitarra, uma iniciativa conjunta com os Municípios de Torre de Moncorvo e de Sabrosa. Em abril iriam ter outro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espetáculo que ainda não estava agendado, mas que iria decorrer em Sendim. Iriam ter ainda a Caminhada Contra a Violência, no dia doze; os fins de semana gastronómicos, nos dias dezoito, dezanove e vinte; e o Passeio TT, da associação PromonTe, que era uma atividade que trazia muitas pessoas ao concelho. Acrescentou que estariam presentes na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) entre os dias dezasseis e vinte de março, onde iriam ter uma série de atividades juntamente com os operadores. Por fim, deu nota que iria lançar novamente a campanha de retoma turística “Não há duas sem três”, que tinha sido um sucesso no ano passado e que esperava que assim continuasse. -----

Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para fazer uma consideração final e informar o Plenário que neste mandato estavam num processo de tentar reduzir a pegada ecológica e a utilização de papel, pelo que as declarações de presença iriam ser enviadas por *e-mail* com assinatura digital, de modo a evitar a impressão e também para que as pudessem fazer chegar aos serviços e entidades patronais de forma eletrónica para evitarem o impacto ambiental. -----

Seguidamente a Secretária, Gisela Catarina Pereira dos Santos, leu a minuta da ata que após votação foi aprovada, por unanimidade. De referir ainda que no momento da votação, o Deputado **Eduardo Rodrigues Mendes** e o **Presidente da Junta de Freguesia da Desejosa** não se encontravam presentes. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezoito horas e dez minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, -----

┌

└

O PRIMEIRO SECRETÁRIO, -----

┌

└

A SEGUNDA SECRETÁRIA, -----

┌

└